



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

BRUNA NEVES CAVADAS

**O EFEITO DA FALTA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROLONGADO NA
SAÚDE MENTAL DE JOVENS BRASILEIROS MAIORES DE 18 ANOS QUE NÃO
FORAM ADOTADOS**

BRASÍLIA
2023

BRUNA NEVES CAVADAS

**O EFEITO DA FALTA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROLONGADO NA
SAÚDE MENTAL DE JOVENS BRASILEIROS MAIORES DE 18 ANOS QUE NÃO
FORAM ADOTADOS**

Relatório final da Pesquisa de iniciação científica apresentado à Assessoria de Pós Graduação e Pesquisa.
Orientação: Leonardo Cavalcante de Araujo Mello

BRASÍLIA

2023

O EFEITO DA FALTA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROLONGADO NA SAÚDE MENTAL DE JOVENS BRASILEIROS MAIORES DE 18 ANOS QUE NÃO FORAM ADOTADOS

Bruna Neves Cavadas - CEUB, PIBIC-CNPQ - Aluno bolsista

bruna.nc@sempreceub.com

Leonardo Cavalcante de Araujo Mello - CEUB - Professor orientador

leonardo.mello@ceub.edu.br

O acolhimento institucional é uma medida temporária, que deve ser utilizada apenas em casos excepcionais e por um período determinado, com o objetivo de garantir a proteção e o desenvolvimento integral da criança ou adolescente. No entanto, muitos jovens crescem no sistema de acolhimento e não conseguem ser adotados ao completarem 18 anos. O processo de desligamento deveria ser feito a fim de garantir a autonomia e independência dos jovens fora do abrigo, porém o que se vê é um desamparo e uma falta de preparo das instituições para lidar com tal situação. Diante do exposto, buscou-se compreender como o desacolhimento institucional afeta a saúde mental dos brasileiros não adotados. O presente relatório se apresenta como um estudo de caso e a metodologia adotada foi de natureza básica, qualitativa e exploratória. Os resultados indicaram que a falta de acolhimento institucional prolongado pode ter efeitos negativos na saúde mental e na autonomia dos jovens. Conclui-se a ineficiência da implementação de políticas públicas efetivas para a integração social dos jovens egressos do acolhimento institucional, sugerindo-se o fortalecimento das redes de assistência social. As implicações práticas deste estudo para políticas públicas e serviços de assistência social incluem a necessidade de investimento em programas de acolhimento institucional de qualidade e de apoio psicológico para jovens que passaram por essa experiência.

Palavras-chave: acolhimento institucional, saúde mental, jovens brasileiros.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1 JUSTIFICATIVA	03
1.2 OBJETIVOS	04
2. REVISÃO DE LITERATURA	05
2.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO CENÁRIO BRASILEIRO	05
2.2 SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	08
2.3 AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS EM DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	11
3. METODOLOGIA	15
3.1 SUJEITOS/LOCAIS/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	15
3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	16
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
7. ANEXOS	33

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 1993). Seu principal intuito é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral. No caso de crianças e adolescentes, Lima de Souza (2009) define o acolhimento institucional como:

Uma medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de caráter excepcional e provisório, aplicada em situações extremas de risco pessoal, social e violação de direitos, quando já foram tentadas outras alternativas para resolução da situação-problema (Souza, 2009, p. 41).

As crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional são registradas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e, muitas delas, viram candidatas para adoção. Do ponto de vista jurídico, a adoção é considerada um processo legal, em que se podem transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta. Porém, isso ocorre apenas quando se esgotam todas as possibilidades de convivência com a família de origem (Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, 2007).

De acordo com o SNA, atualmente mais de 4 mil crianças estão disponíveis para adoção no Brasil, embora haja 33.112 pessoas oficialmente registradas na fila de espera como adotantes (Brasil, 2022). A faixa etária mais requerida para adoção é entre 2 e 4 anos e a menos requerida é de 16 anos ou mais. A maioria dos pretendentes não optam pela adoção tardia - adoção de crianças que já possuem um desenvolvimento parcial em relação a sua autonomia e interação com o mundo (Arnold, 2011) - isso porque, acreditam no estigma de que as crianças trazem uma certa bagagem de vida e possíveis maus hábitos que herdaram das suas famílias de origem e, por isso, tem receio de serem problemáticas (Macedo, 2019).

À medida que as crianças vão ficando mais velhas, a probabilidade de adoção diminui drasticamente. Além disso, as questões burocráticas encontradas durante o processo podem ser, muitas vezes, exaustivas e desestimulantes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) estipula que o prazo máximo para efetivação da ação de adoção é de 120 dias, podendo ser prorrogada uma vez no mesmo período, porém, o que vemos é que o processo chega a durar anos e, muitas vezes, leva à desistência por parte dos pretendentes.

Estima-se que cerca de 3.000 jovens que deixam o abrigo a cada ano completam 18 anos e não são adotados. Caso haja necessidade e disponibilidade, os jovens podem morar em uma república até os 21 anos, que é uma modalidade de atendimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em desligamento de serviços de acolhimento (Mendes, 2020). A república de acolhimento é um lugar visto como um estágio na construção da autonomia pessoal, em que, durante a estadia, o jovem tem a oportunidade de desenvolver a auto-gestão, auto sustentação e independência (Brasil, 2009). Entretanto, esse cenário torna-se, na maioria dos casos, impossibilitado pela precariedade das repúblicas no país, havendo somente 33 unidades em todo o território brasileiro (SUAS, 2019).

Para além dos problemas concretos como a falta de repúblicas, a carência da aplicação efetiva das políticas públicas para integração social dos jovens que atingem a maioridade civil e os estigmas em relação à adoção tardia, existe ainda o medo, a angústia e as incertezas enfrentadas pelos adolescentes que estão na iminência de desligamento institucional (Mendes, 2020).

1.1 Justificativa

Ao pensar em estratégias para lidar com esse sofrimento psíquico dos jovens em situação de desligamento do acolhimento institucional, podemos pensar na Psicologia como um meio de enfrentamento, pois esta é uma ciência que estuda a subjetividade humana em seu aspecto biopsicossocial. Ademais, é papel do psicólogo promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, além de contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal - CRP DF, 2005).

Neste sentido, as pesquisas que visam compreender as implicações do desacolhimento institucional na saúde mental dos indivíduos, oferecendo contribuições importantes para explicar os efeitos psíquicos dessa situação. Além disso, é importante dar voz e protagonismo para essas pessoas que, muitas vezes ao longo da história, foram marginalizadas e ignoradas pela sociedade.

Dessa forma, algumas perguntas norteadoras foram formuladas para desenvolvimento da pesquisa: De que forma a falta de acolhimento institucional prolongado afeta a saúde mental de brasileiros não adotados? Como isso afeta a construção de sua autonomia? Como a

efetividade das políticas públicas contribuem para o adoecimento psíquico desses indivíduos? De que forma a atuação do psicólogo pode contribuir com a saúde mental nesse contexto?

Para buscar responder a esses problemas, foi adotada uma metodologia de abordagem qualitativa. Essa pesquisa teve como objetivo principal compreender como a falta de acolhimento institucional prolongado afeta a saúde mental de jovens brasileiros não adotados. Aqui, o *acolhimento institucional prolongado* se refere a falta de suporte institucional *após* o desligamento dos jovens da instituição de acolhimento.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral: compreender como a falta de acolhimento institucional prolongado afeta a saúde mental dos brasileiros não adotados.

1.2.2. Objetivos específicos

- Compreender como a efetividade das políticas públicas voltadas para o acolhimento institucional no Brasil interfere na saúde mental;
- Entender como o desacolhimento institucional afeta a autonomia dos indivíduos nessa situação;
- Identificar os processos pelos quais os brasileiros não adotados descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo eles mesmos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Considerando o que foi exposto, a pesquisa teve como foco os seguintes eixos, que foram norteadores para seu desenvolvimento: definições e histórico do acolhimento institucional no Brasil; definições acerca do conceito de saúde mental no contexto de acolhimento institucional; as representações dos indivíduos em situação de desacolhimento institucional.

2.1 Acolhimento institucional no cenário brasileiro

Desde o período colonial a prática da institucionalização da infância se faz presente no Brasil. Nessa época, a política de assistência a crianças e adolescentes era baseada na reclusão e segregação social sob a premissa de proteção e segurança. Surgiram então, os colégios internos, reformatórios, seminários e educandários, dentre outras instituições de cunho educacional e/ou assistencial (Rizzini & Rizzini, 2004). De acordo com Zago (2021):

O Brasil, assim, desenvolveu longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições do tipo asilar (nos contextos do Brasil Colônia, da Independência, da proclamação da República, da Era Vargas, da Ditadura Militar), que possibilitou a formação de uma cultura da institucionalização no país (Zago, 2021, p. 169).

Somente em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual mudou a política de atendimento vigente até então. Conforme disposto nos Artigos 4º e 5º do ECA, essa nova perspectiva inclui a noção de que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” e que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

Sendo assim, o ECA preconizou a modificação estrutural e social das instituições, estabelecendo a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, a fim de extinguir antigas práticas de internação, exclusão e controle. Nesse sentido, os “orfanatos” e “internatos” caíram em desuso e passaram a ser denominadas instituições de acolhimento (Zago, 2021). O acolhimento institucional, portanto, configura-se como medida protetiva excepcional e provisória para crianças e adolescentes com direitos violados, que não podem

permanecer nos contextos familiar e comunitário de origem pela situação de risco social e pessoal (Brasil, 1990).

O ECA estabelece que, em casos de destituição do poder familiar, a criança ou adolescente é levada para uma família substituta mediante guarda, tutela ou adoção legal (Brasil, 1990). A forma mais comum de reinserção acaba sendo a adoção, a qual, diferentemente da guarda e da tutela, implica na destituição do poder familiar original (Mendes, 2014). Entretanto, a diligência da adoção legal tem se mostrado falha em relação à morosidade da justiça que, devido a burocracia excessiva, torna o processo muito lento e exaustivo, tanto para os adotantes quanto para os adotados (Nunes & Gominho, 2019).

Ao completar a maioridade civil, os jovens que não foram adotados devem sair das instituições de acolhimento e começar a prover a própria vida e sustento. A realidade é que, ao saírem dos abrigos, eles dispõem de poucos recursos de renda, de moradia, de trabalho, de educação e de alimentação e, por isso, encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Nesse enquadre, as casas de acolhimento institucional devem garantir um desligamento seguro e efetivo, por meio de uma preparação gradativa e contínua para tal, através de um processo de desinstitucionalização baseado na promoção da autonomia. Esse planejamento não abarca apenas o âmbito social, mas também o âmbito psíquico, em que o jovem precisa ser capacitado para lidar com questões de vida social e pessoal. Ele deve ser capaz de obter meios para a construção de um projeto de vida, ampliação do acesso à educação, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, fortalecimento de vínculos comunitários significativos, capacidade de autocuidado e responsabilização por suas escolhas e ações. (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, 2009).

Infelizmente, o cenário de atuação das instituições nesse sentido é bem diferente do ideal. O que temos visto é que as instituições têm funcionado de modo a prover as necessidades básicas das crianças e adolescentes, como alimento e moradia e não é feito um trabalho continuado a fim de promover o atendimento de necessidades sociais e culturais, essenciais para promover a saída da situação de vulnerabilidade (Ayres et al., 2006). Ademais, os jovens, muitas vezes, não são informados de seus direitos e nem capacitados para assumir uma posição ativa na promoção da sua cidadania. Concomitante a isso, podemos apontar a existência de tensões relacionadas à fragilidade das relações de convivência entre funcionários e jovens acolhidos, a qual demonstra uma dificuldade de se estabelecer um

vínculo que efetive os funcionários como figuras de referência para os acolhidos (Lacerda, 2014).

Em 2009, o CNAS aprovou a tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual dispõe sobre o “serviço de acolhimento institucional em Repúblicas voltado para jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados que não possuam meios de auto sustentação, particularmente indicado para os que estão em processo de desligamento de abrigos, por terem completado a maioridade, mas que ainda não tenham conquistado sua autonomia” (CNAS, 2009). Entretanto, o acolhimento institucional prolongado para aqueles que saíram dos abrigos por completarem a maioridade civil, não ocorre efetivamente, isso porque, como já citado anteriormente, a maioria das cidades brasileiras não possuem essa modalidade de serviço e nem todos os jovens atendem ao perfil desejado pelas Repúblicas. Sendo assim, grande parte acaba em situação de desacolhimento institucional, tendo que se virar sozinhos sem ajuda do Estado e dos órgãos de serviço socioassistenciais.

Por fim, questiono, por mais que tenham sido observados ao longo dos anos avanços nas normas brasileiras que, teoricamente, garantem os direitos dos jovens em situação de risco e vulnerabilidade, qual é o impacto real e prático causado por essas mudanças na vida dos jovens? A falta de efetividade da fiscalização da qualidade dos serviços de acolhimento institucional, alinhado à precariedade de capacitação dos profissionais das instituições, constitui um problema ocupacional e social a ser sanado por parte da Instituição e dos órgãos de fiscalização, como o CNAS e o CONANDA.

2.2 Saúde mental no contexto do acolhimento institucional

Desde o século XX, o conceito dominante de “saúde”, do ponto de vista ocidental, é sustentado pelo modelo biomédico, o qual se concentra na saúde puramente em termos de aspectos biológicos e acredita que a saúde seja caracterizada como a ausência de doenças. Fica claro que esse modelo é hospitalocêntrico, individualista, reducionista e centrado na figura do médico (Straub, 2014). Reconhecendo como inadequada a definição anterior, a Organização das Nações Unidas criou a Organização Mundial da Saúde (OMS). No documento de criação, a OMS definiu saúde como sendo “um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não simplesmente como a ausência de doenças ou enfermidades” e a saúde mental como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias

habilidades, pode lidar com o estresse normal da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de contribuir para sua comunidade” (OMS, 1946).

Para Winnicott, saúde mental é sinônimo de maturidade, caracterizada como a riqueza da experiência do indivíduo em termos da realidade psíquica interna. Para ele, um dos indícios mais importantes do amadurecimento emocional é a capacidade do indivíduo em ficar só (Rubio, 2019). Dispondo da liberdade de atrelar a teoria winnicottiana com o cenário brasileiro, vemos que, de acordo com o artigo 5º do Código Civil brasileiro, de 2002, o indivíduo ao completar 18 anos atinge a maioridade, isto é, a capacidade perante a lei de se responsabilizar por suas decisões, direitos e obrigações, sem depender de ninguém para tal, ou seja, exercer sua capacidade de ficar só. Entretanto, vemos que a aquisição da maturidade exigida na vida adulta está chegando cada vez mais tarde para os jovens contemporâneos (Rubio, 2019). Nesse sentido, é preciso refletir se os jovens que completam 18 anos em situações de acolhimento institucional possuem o preparo e a maturidade necessários para lidarem com a vida adulta de forma autônoma. O projeto Instituto Fazendo História, aponta que:

Eles se deparam com diversas situações práticas e vivências emocionais e sociais complexas: a ambiguidade entre o desejo e o temor de sair da instituição, as dúvidas quanto ao trabalho, a garantia de sobrevivência, moradia e, até mesmo, o despreparo para lidar com as tarefas do cotidiano. Com pouco suporte das políticas públicas, de uma rede de apoio social e emocional, muitos deles sentem-se sozinhos, perdidos, com pouca ou nenhuma referência, com baixa autoestima e com poucos recursos pessoais para seguir essa etapa da vida que exige autonomia e protagonismo (Instituto Fazendo História, 2016, p. 10).

Campos e Campos (2006) apontam que a autonomia consiste em ter um processo emancipador, em que o indivíduo detém do poder de decisão sobre o seu mundo, à luz do protagonismo e empoderamento pessoal. Por sua vez, o protagonismo é o ser agente principal da própria vida. É inegável que o desenvolvimento da autonomia em adolescentes que vivem em instituições é deveras distinto de adolescentes em convívio familiar, frente a todas as situações que já vivenciaram e também das que estão expostos com a institucionalização, além das suas projeções sobre a sua saída do abrigo. Os jovens em acolhimento institucional, cientes de sua dependência frente à instituição, precisam refletir criticamente sobre o processo de decisão e humanização que o tornará autônomo (Bays, 2019).

O olhar dos profissionais para a autonomia dos adolescentes que vivem em instituições deve ser direcionado a partir da realidade de cada sujeito, tanto pela ótica social

quanto pelas suas particularidades. Isso implica em não negar as posições diferentes em que se encontram, além de desocupar o papel de opressor, que muitas vezes é causado pela relação de dependência dos jovens ao sistema (Bays, 2019), isso porque a falta de estratégias para promover a autonomia desses jovens, os deixa reféns do sistema, que por sua vez é falho e os impossibilitam de exercerem sua independência.

Além do exposto anteriormente, um cenário presente no contexto das casas de acolhimento institucional é a constante patologização que ocorre nesses ambientes. É comum apontarem a vida das crianças e adolescentes nessa situação, como “vidas desviantes” e criarem uma certa crença de que aquele jovem irá desenvolver um comportamento negativo ou um transtorno mental (Costa, 2014). Esse panorama explicita a urgência que existe em cuidar da saúde mental desses jovens.

Desde 2011, com a Portaria nº3.088 de 23 de Dezembro de 2011, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A RAPS é uma rede que integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas (Brasil, 2011). A Rede é composta por serviços e equipamentos variados, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são “serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial” (Brasil, 2002).

O trabalho realizado pelos CAPS deve ser baseado principalmente na escuta, além de promover uma compreensão acerca de sua história de vida, capacitando o indivíduo para ressignificá-la de modo a superar as suas fragilidades, respeitando a singularidade de cada um (Kuhnen & Botega, 2020). Para que isso ocorra é preciso que se construa uma relação entre o profissional e o indivíduo, envolvendo comprometimento e implicação nos espaços de encontro (Lima, 2011). Porém, lamentavelmente, problemas de diferentes naturezas, tanto relacionados aos serviços de saúde, à própria rede e às limitações dos profissionais de saúde interferem na concretização de uma assistência de qualidade em consonância com o que é preconizado pelas políticas de saúde mental (Zago, 2021).

2.3 As representações dos indivíduos em situação de desacolhimento institucional

A Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978) caracteriza o indivíduo como sujeito ativo na constituição da realidade social, não sendo um produto de uma realidade exterior, mas desempenhando um papel ativo no processo de apropriação dessa

realidade, dessa forma, este sujeito não pode ser compreendido como um ser unicamente individual que incide em um mundo material. É necessário compreender também a ação da sociedade na construção e reconstrução deste sujeito (Lacerda, 2014). O sujeito representa a realidade a partir de um contexto social que foi estabelecido anteriormente a ele, o qual recebe influência e pode ser transformado por ele.

Sobre a perspectiva construcionista da Teoria, Moscovici considera que as representações são construções; “esta construção é necessariamente social e leva em conta sua autoridade e autonomia em relação aos membros de uma sociedade” (Moscovici, 1994, p. 8). Partindo desse viés construcionista, cabe aqui identificar os processos pelos quais os indivíduos descrevem, explicam e incorporam a realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, buscamos compreender os sistemas de significação que dão sentido ao contexto do desacolhimento institucional.

Primeiramente, vale ressaltar a importância das relações primárias e da figura materna para o desenvolvimento infantil. Honneth (2003) postula que as relações amorosas são o alicerce de toda moralidade e é a partir dela que constituímos o autorrespeito, a autonomia e a autoconfiança. Não obstante, o amor é, muitas vezes, negligenciado na vida dos jovens em situação de acolhimento institucional. A desestruturação familiar contribui para a negação do reconhecimento individual que se dá através do amor, isto é, a partir da afeição que a pessoa recebe dos mais próximos, de acolhimento e encorajamento afetivo (Oliveira, 2005). Dessa forma:

A formação de identidade desse jovem acaba sendo interrompida pelos reiterados abandonos sofridos por ele desde a tenra idade, como a mudança da casa dos pais para casa de parentes, depois da casa de parentes para abrigos, muitas vezes, transferência de uma instituição de acolhimento para outra, resultando em um sentimento de rejeição que o dificulta assumir a autonomia da própria vida (Oliveira, 2005, p. 11).

Seguindo adiante no desenvolvimento humano, podemos refletir acerca do conceito de juventudes. Esse termo evidenciado no plural se pauta em uma escolha de posicionamento político que afirma a pluralidade dos modos de ser jovem. Essa posição arquiteta uma juventude que não se configura como categoria universal e homogênea do desenvolvimento humano, mas sim, se constitui em uma construção sócio-histórica permeada de particularidades culturais (Lacerda, 2014).

A noção da adolescência passou a ser questionada pela Psicologia Social brasileira a partir de 1980, intensificando o debate crítico da visão hegemônica positivista e individualistas da adolescência que circundavam na época (Zamboni, 2007). Uma das consequências para a definição da adolescência que perpassa o modelo positivista é a compreensão de que ela é apenas uma fase natural e inevitável do desenvolvimento humano, sendo esta, atravessada por diversas características universais que configuram o que deve ser aceito como normal ou patológico no processo de desenvolvimento (Lacerda, 2014), desconsiderando, dessa forma, os processos sociais e históricos que constroem o indivíduo.

Diante à crítica, a psicologia social brasileira, então, propõe uma nova forma de se pensar a adolescência, recriando a categoria juventude, que passa a ser concebida como produto sócio-histórico da contemporaneidade e como um espaço de fronteira (Zamboni, 2007). Assim, ela parte de dois pressupostos: o primeiro afirma que a construção da sua identidade depende das relações que estabelece com o Outro; o segundo aponta o espaço da fronteira como lugar privilegiado para a compreensão da forma relacional e histórica da construção de subjetividades (Santos, 2002). Dessa forma, os atravessamentos do contexto sócio-histórico no qual os jovens em acolhimento institucional estão inseridos conferem particularidades às dinâmicas internas e ao cuidado com os indivíduos.

As instituições de acolhimento se constituem como espaços de fronteira, no qual os indivíduos trazem consigo padrões dos lugares de origem que são ressignificados em novas formas de se relacionar na instituição. Lacerda (2014), em sua pesquisa qualitativa, percebeu que o acolhimento institucional foi objetivado enquanto um lugar de proteção e apoio provisório.

Para além do que já foi citado anteriormente, é necessário investigar os conflitos existentes na saída do jovem da instituição ao completar a maioridade civil. A preparação para o fortalecimento da autonomia dos jovens, em muitos termos, é realizada junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS), para alguns benefícios, como o de transferência de renda, porém suas ações nem sempre obtêm êxito, pois são insuficientes para atender a demanda dos jovens (Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP, 2010).

Por fim, a questão da falta de repúblicas explicita a inexistência de políticas públicas efetivas ou programas específicos para atender as demandas de autonomia dos jovens, criando um cenário de desacolhimento institucional. Identifica-se a necessidade de elaboração e execução de um programa destinado especificamente para jovens que

completarão 18 anos, com a formalização de políticas públicas que visem a emancipação do adolescente, de forma segura, legítima e que privilegie questões morais, institucionais e afetivas que permeiam esse contexto.

3. MÉTODO

A metodologia adotada na pesquisa foi de natureza básica, qualitativa e exploratória. A pesquisa básica teve como objetivo gerar conhecimentos novos que são úteis para o avanço da ciência, mas que não possuem uma aplicação prática prevista. A abordagem qualitativa aplica-se ao “estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2014, p. 57). Sendo assim, a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo das relações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (Minayo, 2014). Ela baseia-se na empiria e na sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão lógica interna de determinado grupo ou objeto de investigação (Turato, 2005).

Esse ritmo de construção de pensamento do trabalho científico qualitativo é denominado Ciclo de Pesquisa. O processo é dividido em 3 etapas: (1) fase exploratória, (2) análise de campo e (3) análise e tratamento do material empírico e documental. A primeira etapa consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar o pesquisador para a entrada no campo. A segunda etapa realiza um momento relacional e prático, de confirmação, refutação e reformulação das hipóteses apontadas na primeira etapa. Por fim, a terceira e última etapa diz respeito ao conjunto de procedimentos usados para interpretar os dados empíricos coletados, articulando-os com a teoria que fundamentou o projeto de pesquisa (Minayo, 2009).

Em respeito ao caráter exploratório da pesquisa, busca-se por meio de métodos e critérios explorar um problema, a fim de fornecer informações para uma investigação mais precisa acerca do objeto. Pode-se dizer que a pesquisa exploratória corresponde a uma “visualização da parte oculta da realidade” (Piovesan & Temporini, 1995).

Para mais, o projeto se apresenta como um estudo de caso. Conforme ressalta Yin (2015), uma pesquisa com este delineamento pode ser considerada uma investigação mais detalhada de um fenômeno contemporâneo (o “caso”) dentro de um contexto de vida real.

3.1 Sujeitos/ locais/ critérios de seleção

Foi selecionada uma pessoa, sem distinção de gênero, sem restrição de idade, que ficou em alguma instituição de acolhimento durante sua infância/adolescência e que teve que sair da casa de acolhimento ao atingir a maioridade civil. A seleção do participante foi

realizada através do contato com uma instituição de acolhimento, que foi escolhida por conveniência.

Ao longo deste projeto irei me referir a jovem com o pseudônimo de Ana para poder manter o sigilo e o anonimato da mesma. Ademais, para preservar a identidade da Instituição em que a participante morou ao longo da juventude, irei me referir a ela como “Casa”.

3.2 Instrumentos e procedimentos

Os instrumentos utilizados para abordar o sujeito de pesquisa foram obtidos através de um levantamento de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo. A entrevista semi estruturada consiste em um modelo de entrevista flexível, em que o pesquisador possui um roteiro prévio, mas abre espaço para um diálogo livre e dinâmico entre pesquisador-participante. Ela tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa; esses questionamentos podem gerar novas hipóteses e perguntas surgidas a partir das respostas dos participantes (Trivinos, 1987).

A observação participante consiste na inserção do pesquisador no interior do cotidiano do participante, tornando-se parte dele, interagindo por certos períodos com o sujeito, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (Queiroz, Vall, Souza e Vieira, 2007). Com o auxílio da observação participante, o pesquisador é capaz de analisar a realidade social que rodeia o contexto de vida do indivíduo, tentando captar os conflitos e tensões existentes (Richardson, 1999).

O diário de campo, por sua vez, é um instrumento utilizado para registrar dados recolhidos ao longo da pesquisa, susceptíveis de serem interpretados. De acordo com Araújo et. al. (2013):

O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término. (Araújo et al., 2013, p. 54).

Os procedimentos do estudo foram executados em um período de 12 meses consecutivos, iniciados em outubro de 2022 e com término em setembro de 2023, seguindo um cronograma composto pelas seguintes etapas: (1) levantamento teórico; (2) submissão do

projeto ao Comitê de Ética; (3) elaboração do relatório parcial; (4) elaboração dos instrumentos de pesquisa; (5) recrutamento do participante; (6) coleta de dados em campo, a qual consistirá na aplicação das entrevistas semiestruturadas, da observação participante e do diário de campo; (7) análise de dados ; (8) elaboração do relatório final; (9) elaboração dos resumos e, por fim, (10) apresentação dos resultados finais.

A entrevista foi realizada online, via Meet e agendada por conveniência de data e horário. Foi gerada uma sala privada no Meet, na qual só a pesquisadora e a entrevistada tiveram acesso. A participante tinha acesso à internet e concedeu a entrevista através do seu celular particular. Cabe destacar que no momento da entrevista, ambas buscaram um local livre de ruído e de interrupções, garantindo o sigilo das informações. A observação participante consistiu em uma visita à Instituição de acolhimento em que Ana morava. Essa etapa ocorreu após a realização da entrevista e a visita foi autorizada com antecedência e com consentimento prévio. Por fim, o diário de campo foi um recurso utilizado ao longo de todas as etapas de coleta e se deu a partir de anotações em um bloco de notas.

No que diz respeito aos procedimentos éticos, foi apresentado e aceito pelo Comitê de Ética e Pesquisa do UniCEUB (CEP UniCEUB), conforme a resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, respeitando os preceitos éticos e legais a serem seguidos nas investigações envolvendo seres humanos (número do parecer: Número do Parecer: 6.014.956) Ademais, o participante teve que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de esclarecer as dúvidas a respeito do procedimento, explicitar seus direitos, e pedir a autorização para participação no projeto.

3.3. Procedimentos de análise

Foi utilizada a análise de conteúdo temática como metodologia de análise dos dados. Ela consiste em “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1977, p. 105). Nesse procedimento analítico, o “núcleo de sentido” é visto como uma unidade de significação no conjunto de uma comunicação, ou seja, idéias-eixo em torno das quais giram outras idéias.

A análise percorreu os seguintes passos: (1) leitura inicial para compreensão global do material; (2) identificação das unidades de significado que emergiram da fala do participante; (3) descoberta de núcleos de sentido em torno dos quais giraram a construção das

representações acerca do desacolhimento institucional (4) interpretação e discussão dos núcleos de sentido encontrados.

Ao término da análise surgiram as seguintes categorias: (1) O Aqui e o ali: a privação da verdade; (2) O desacolhimento institucional e a construção da autonomia; (3) A significação do lar e da família.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta sessão, pretende-se expor os resultados e discussões obtidos a partir da entrevista com Ana, bem como da observação participante e diário de campo. Para tal, o contato com Ana se deu a partir de um terceiro que possui vínculo com a instituição em que Ana morou durante a infância e adolescência, o qual disponibilizou o telefone da participante para a pesquisadora. Ana demonstrou interesse em participar da pesquisa e foi marcada uma conversa via Meet.

Na conversa, Ana relatou a trajetória de sua vida desde a chegada a Casa até os dias atuais. Ela conta que chegou na instituição recém nascida, a qual foi seu abrigo até a sua maioridade civil. Com o desligamento, Ana passou por diversas dificuldades, as quais perduraram durante um longo período de sua vida até conseguir se estabelecer por conta própria, tais como uma gravidez inesperada, madrugada na rua, diversos empregos, problemas com álcool e com relacionamentos. Atualmente, Ana possui 53 anos, está aposentada e foi capaz de construir uma família e consolidar um “lar”, em sua significação simbólica do conceito.

4.1 O Aqui e o ali: a privação da verdade

As instituições de acolhimento podem ser consideradas como espaços de fronteira, sendo esta, mais do que uma fronteira física pautada na divisão geográfica, mas sim uma fronteira subjetiva. Na fala da participante vemos essa fronteira escancarada quando percebemos que, na visão dela, existem dois mundos: o aqui e o ali. O “aqui” refere-se ao mundo fora da instituição de acolhimento e o “ali” à vida dela dentro do abrigo.

Por diversas vezes, fica evidente, na fala de Ana, o contraste entre os dois mundos e a fantasia acerca da realidade criada dentro da Casa:

A casa é assim: um lugar que o pessoal pinta como um paraíso mas a vida, de verdade mesmo, eu vim aprender aqui [...] eles não ensinam as coisas lá.

(...) porque lá era tipo uma bolha que tinha proteção, mas na verdade a gente quebra a cara aqui fora né?!

Imaginei que o mundo fosse colorido, maravilhoso como na casa, mas a realidade é aqui. A realidade não é você estar dentro de um lugar fechado, cheio de coisa gostosa pra comer, de brinquedo, a realidade é aqui fora... é tomar peia na rua... foi aí que eu aprendi o que é viver,

lá era paraíso, proteção e não a realidade, que é bem amarga, bem amarga ta?

O contato da participante com o mundo fora da instituição era muito limitado, restringindo-se apenas a ir para a escola, trabalho e eventuais passeios do grupo. Esse fator pode ter contribuído para a visão limitante acerca da realidade. Atualmente, a instituição em que Ana morou possui políticas mais flexíveis em relação às saídas do abrigo. Um dos funcionários da Casa, em minha visita, contou que as regras do abrigo funcionam como em uma “casa tradicional”, sendo feitos acordos de convivência entre os moradores e não mais uma imposição de normas a serem seguidas. Até porque, eles compreendem a importância de integrar aquele jovem a sociedade.

A privação de contato com o mundo externo e com a verdade pode ter implicações relevantes para a vida dos jovens. As teorias do desenvolvimento social (etológica, piagetiana, da aprendizagem social, sistemas dinâmicos, sociointeracionista, sócio-histórica, dentre outros) são unânimes em reiterar que a interação social é a condição de construção do indivíduo e base do desenvolvimento do ser humano (Camargo, 2009). É certo pensar, então, que o desenvolvimento social desses jovens já se encontra em risco desde os primeiros anos de vida e o isolamento acaba por impactar diretamente nas construções psicossociais dos mesmos. Concomitantemente, a falta de contato com o mundo externo pode levar ao isolamento social, o que é prejudicial para a saúde mental e emocional das pessoas. A competência social desenvolvida a partir das múltiplas interações é definida como a capacidade de utilizar os recursos ambientais e pessoais para conseguir um "bom resultado desenvolvimental" em longo prazo, ou seja, a capacidade de ajustamento e saúde mental na idade adulta (Camargo, 2009).

Assim, o contato com o mundo externo oferece oportunidades para o desenvolvimento de uma identidade social, por meio da interação com diferentes grupos, valores e normas. A privação dessas experiências pode levar a um sentimento de desenraizamento, despertencimento, dificuldades na formação de uma identidade coerente e até acometimento à saúde mental.

Fazendo um paralelo com Zamboni (2007), o autor afirma que a construção da sua identidade depende das relações que estabelece com o Outro. Mais a frente, Zamboni (2007, p. 278) aborda a adolescência também como um espaço de fronteira. Dessa forma, pode-se ver que jovens que crescem no sistema institucional apresentam uma camada fronteira

extra. Para ele, “as pessoas trazem consigo padrões dos lugares de origem (infância), mas precisam ressignificá-los e inventar novas formas de se relacionar com os outros. Convertem aprendizados que já tinham, para dar conta de superar os desafios trazidos por este novo lugar em que se encontram com o diferente” (Zamboni, 2007, p. 278).

Outra situação conflitante levantada por Ana, foi o fato de não saber a verdade sobre a sua origem. Ela não sabe com quantos anos chegou na Casa e nem quem a levou até lá.

A única coisa que eu sei, que foi contada pela tia é que eles me largaram numa caixa de sapato, eu não sei a história (...) então a minha história é difícil de entender porque eles não falam a verdade... isso que eu acho errado da parte da Casa.

Foi a própria Casa que me colocou um ódio no coração, porque eles não me falavam a verdade sobre meus pais e eu ficava revoltada.

A Casa é uma instituição que esconde sobre a vida da pessoa.

Além dos relatos supracitados, a participante contou que depois que saiu da instituição foi atrás de sua certidão de nascimento e descobriu que o nome registrado não era o mesmo nome dado a ela dentro da Casa. Complementou sua fala dizendo que não tem certeza se a certidão de nascimento é verdadeira ou foi comprada e falsificada pela instituição.

A lacuna acerca da história pessoal e de suas origens pode contribuir para a ausência de um senso de pertencimento desses jovens, levando-os a uma busca exaustiva e incessante por respostas. O desenvolvimento sem figuras de referência corrobora para uma negação do reconhecimento da identidade do indivíduo (Oliveira, 2005). A primeira forma de reconhecimento se dá nas relações primárias, isto é, o contato mãe-filho, a qual deve ser compelida necessariamente através do amor, pois as relações amorosas são o alicerce de toda construção de um reconhecimento de si e é a partir dela que constituímos o autorrespeito, a autonomia e a autoconfiança (Honneth, 2003). Lamentavelmente, a formação de identidade desses jovens acaba sendo interrompida pelo abandono sofrido por eles desde muito novos.

4.2 O desacolhimento institucional e a construção da autonomia

Momentos de transição podem ser extremamente estressantes para alguns jovens. É sabido que quando um jovem enfrenta um desacolhimento institucional ao completar a maioridade civil, o mesmo se depara com a necessidade de lidar com mudanças significativas em sua vida, as quais podem causar sofrimento a esses indivíduos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Com poucos recursos, esses jovens são desligados da Instituição de forma abrupta e negligente e, a partir daí, precisam aprender a prover a própria vida e seu sustento. As casas de acolhimento institucional devem garantir um desligamento seguro e efetivo, por meio de uma preparação gradativa e contínua que promova a construção da autonomia. Infelizmente, o que se observa é que não é feito um trabalho continuado a fim de promover o atendimento de necessidades sociais e culturais, essenciais para promover a saída da situação de vulnerabilidade (Ayres et al., 2006).

Comecei a perceber que eles só tavam querendo me despachar logo

É claro que a casa não tem que carregar a vida toda uma pessoa problemática né, mas poderiam dar mais apoio sabe? Por que você completa 18 anos e aí? É tchau tchau

Ana ainda comentou que os funcionários estavam querendo levar ela e outras meninas que estavam passando pelo processo de desligamento para ir morar em um convento no Goiás, mas ela não queria ir e resolveu fazer o desligamento da Instituição por conta própria e fugir do abrigo antes de ser convidada a sair.

Alguns jovens, quando saem do abrigo e tem contato com parentes fora da instituição, recebem ajuda dessas pessoas, mas no caso de Ana, ela não tinha nenhum familiar ou amigo fora da Casa. Ademais, Ana não foi possibilitada a ir para uma República, um dos serviços socioassistenciais em que a participante deveria ter por direito garantido, de acordo com a CNAS (2009). Isso se dá devido a algumas exigências previstas para a candidatura a uma vaga nas repúblicas. Em adição, no Distrito Federal há apenas uma república.

As Repúblicas são “serviço de Acolhimento, desenvolvido em sistema de cogestão, que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para autossustentação” (Brasil, 2009). A república de acolhimento é um lugar

visto como um estágio na construção da autonomia pessoal, entretanto, esse cenário torna-se, na maioria dos casos, impossibilitado pela precariedade das unidades no país, havendo somente 33 unidades em todo o território brasileiro (SUAS, 2019).

Assim que saiu, Ana conta que: *“pensei que ia ter uma boa casa, uma boa família, oportunidade de melhora, mas a realidade foi outra né menina?”*. Ela teve que ir morar na casa de uma das “tias” (palavra usada por ela) que trabalhavam lá no abrigo. Porém, alguns anos depois teve que buscar outro lugar para morar, pois engravidou e a tia a expulsou da casa. Nesse momento, ela foi pedir ajuda à Instituição, mas não recebeu auxílio.

Não tive nenhum apoio deles depois que eu saí, eu pedi pra retornar lá pra virar cuidadora [...] mas eles não aceitaram.

Quando você completa 18 anos e não tem família, eles não dão um apoio pra você. Quem tinha família aqui fora até conseguia se virar, mas pra mim que não tinha eu ia fazer como?

Depois que saiu da casa da tia, Ana teve que dormir um dia na rua, embaixo da rodoviária com sua filha recém nascida, onde foi assaltada e agredida. E infelizmente, essa é a realidade de grande parte dos jovens que saem do abrigo, muitos vão morar nas ruas, outros se envolvem com drogas e crimes e acabam no sistema prisional, afirma Ana:

É falta de apoio mesmo, vários que foram criados juntos comigo eu sei que acabaram morando na rua, passaram fome e muitos morreram ou tão presos. Sem mãe e sem pai.

Posteriormente, Ana conseguiu ajuda financeira dessa mesma tia e de um casal que a apadrinhou e conseguiu financiar um aluguel para ela. De acordo com ECA “o apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro”. (Brasil, 1990 incluído em Brasil, 2017). Além disso, ela começou a receber Bolsa Família, mas poucos meses depois perdeu, sem nenhuma razão explicitada na entrevista.

Ao longo de todo esse processo, Ana não recebeu nenhuma bolsa de auxílio do governo, além da Bolsa Família. Durante um período, diante das dificuldades enfrentadas por ela, começou a ter problemas de saúde devido ao consumo excessivo de álcool e precisou repensar a sua vida. Ao falar desse período de sua vida, Ana se emocionou e demonstrou gratidão por tudo que enfrentou e conseguiu conquistar atualmente. Ela contou que:

Eu tive que endireitar a minha vida, não tinha mais como. Ainda bem que nunca me rendi às drogas pesadas, sabe? Foi só o álcool mesmo. Eu tive que ficar internada por causa do álcool e os padrinhos não podiam mais ajudar com as contas aí na marra que eu melhorei. [...] Depois disso, eu fiz é coisa. Vendi doce na rua, tive carrinho de cachorro quente, trabalhei em obra, em limpeza, fiz é coisa, porque, sabe menina, pela vida que eu vivia, eu sempre precisei de dinheiro e precisava me virar, sempre foi assim, com muita luta.

Hoje, Ana possui 53 anos e está aposentada por invalidez recebendo INSS. Ela recebeu apartamento do Minha Casa Minha Vida há alguns anos, onde mora com a sua filha e seu neto. Ana contou que está estudando e indo para a escola junto com seu neto.

4.3 A significação do lar e da família

Os termos “Lar” e “casa” são frequentemente confundidos e tratados como sinônimos entre si e referem-se ao habitar. Porém, sabe-se que a nível simbólico ambos possuem significados distintos. Por “casa” compreende-se uma estrutura física de habitação, ao passo que o termo “lar” está intimamente ligado a um lugar habitado, carregando um significado que só pode ser atribuído pelo morador e que envolve sentimentos e questões imateriais. (Batista, 2021). A participante mostrou que a instituição de acolhimento não tinha um caráter de lar para ela:

Eu não posso dizer que era um lar. Até considerei como um lar por um tempo, mas eu me sentia muito só, sem carinho, sem amor, principalmente depois que a tia saiu.

Ronnberg (2010, p. 556) definiu lar como uma “fortaleza de aconchego, descanso e segurança [...] é onde se encontra o coração, um estado emocional de pertencer, de segurança e de satisfação”, sendo tal lugar o principal pilar de promoção do sentimento liberdade (Batista, 2021). Com a fala de Ana, pode-se perceber então que a Casa carece do aspecto de lar explicitado por estes autores. Do contrário, ela descreve a casa como um lugar de solidão, incompreensão, falta de carinho e de amor e até um lugar de ódio.

A tia em que Ana narra é a pessoa que mais a apoiava dentro de casa, mas que saiu da instituição quando ela tinha aproximadamente 16 anos. A tia também foi a pessoa que forneceu suporte no momento em que Ana se desligou da Instituição, tendo morado na casa dela durante o período. Para a participante, essa tia era uma figura materna em sua vida, tanto é que em muitas de suas falas se refere a ela como “mãe”.

Lacerda (2014) aponta que é comum dentro das instituições que tenham tensões e uma fragilização nas relações entre funcionários e jovens acolhidos, o que pode gerar dificuldade em estabelecer um vínculo que efetive os funcionários como figuras de referência. Porém, no caso de Ana, mesmo em meio a um cenário conturbado, ela conseguiu estabelecer um vínculo forte lá dentro, tendo conseguido construir uma representação de uma figura materna na Casa.

Ao buscar aprofundar sobre a vivência da participante dentro da instituição, foi observado que Ana possui sentimentos dúbios com relação ao abrigo:

Não vou dizer que foi um lugar mal pra mim, porque eu morei a vida toda ali. Se hoje eu sou essa mulher [...], num certo ponto eu agradeço a casa, no outro eu tenho muito ódio.

Se por um lado demonstra certa gratidão, por outro manifesta um ódio. Ana ainda relatou que era muito castigada e incompreendida dentro da Casa. Já apanhou com palmatória, levou tapas no rosto e estava sempre de castigo por ser considerada uma criança problemática. Ela, porém, aponta que a atitude “rebelde” era reflexo da falta de carinho, de amor e de verdade dentro da Instituição. “[...] porque se você não tem carinho e não tem amor e ninguém te conta a sua história, o que acontecia era que eu era chamada de problemática dentro da casa [...]”. Mesmo em um cenário de violência, ela diz não ter vergonha do que passou lá dentro, mas enfatiza que não valoriza o tempo que ficou na Casa e que não gosta de contar sua história de vida para outras pessoas. É necessário acrescentar que atualmente o abrigo alega não adotar esse tipo de conduta com os jovens e até condenam esta atitude uma vez já praticada dentro da Casa.

A vivência da participante corrobora com Costa (2014) ao alegar que dentro dos abrigos é comum que tenha certa crença errônea e limitante de que os adolescentes são desviantes, agressivos, perigosos e problemáticos. Dessa forma, o sofrimento dos jovens diante do cenário em que se encontram, acaba sendo desarticulado, não levando em consideração as subjetivações que geraram tais comportamentos “desviantes”. Os funcionários dos abrigos voltam suas atenções unicamente ao que seriam falhas morais do sujeito, justificando no próprio indivíduo aquilo que consideravam inadequado. Esse fator contribui para uma constante patologização dentro das instituições (Winkelmann, Guareschi, & Hadler, 2021). Esse aspecto ficou evidenciado quando Ana falou que “eles perguntavam o que tinha dentro de mim, da minha cabeça pra eu ser tão rebelde e dar tanto trabalho”.

Uma outra situação que Ana vivenciou no período que passou no abrigo, na qual também pode ser considerada violência, foi o fato de ter sido levada para algumas casas na intenção de ser adotada, porém o que aconteceu foi que a participante foi feita de empregada doméstica dentro dos lares em que passou.

Eu fiquei muito muito feliz, falei ah agora vou ter uma família, mas era tudo uma mentira.

Quando eu percebi que não ia ser o que eu tava esperando eu voltava e sempre chorava muito... me achava infeliz, até me cortava de raiva

Esse fato alimentou esperanças dentro de Ana de finalmente ter uma família. A quebra de expectativa foi nociva para ela, levando a comportamentos autolesivos e quadro depressivo.

Na contramão de todas as lutas sociais que deram origem ao ECA, ainda é possível verificar situações opressivas dentro dos serviços de acolhimento. A violência pode ocorrer entre os abrigados, bem como pessoas que deveriam ser responsáveis por assegurar a integridade e os direitos dos jovens (Maia, 2013). Além disso, o ECA impele ao poder público o dever de garantir a efetivação dos direitos à saúde, dessa forma, todos os jovens acolhidos em sofrimento psíquico deveriam ter acesso aos cuidados necessários, porém o que se observa é que o cenário é bem diferente do ideal. Ana nunca foi levada a um CAPSI para lidar com seu quadro depressivo e nunca recebeu a ajuda e suporte necessários diante dessa situação. Na conversa que tive com os funcionários da instituição de acolhimento em que Ana morou, foi levantada a dificuldade que se tem de conseguir acesso aos serviços de saúde, principalmente dado ao contexto em que esses jovens se encontram. Os colaboradores ademais enfatizaram a complexidade deste desafio, considerando que estes jovens, os quais se encontram em uma condição de vulnerabilidade social, inevitavelmente confrontam-se com situações de grande impacto psicológico. Torna-se, portanto, indispensável o acesso a serviços de saúde mental, buscando acolher as particularidades e adversidades vivenciadas por eles.

Diversos autores (Nogueira, 2004; Parreira & Justo, 2005; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007) apontam que há grandes riscos das crianças e jovens em acolhimento desenvolverem transtornos emocionais relativos às vivências traumáticas ocorridas ao longo de suas trajetórias de vida. A preocupação em identificar e conhecer as especificidades das demandas desses jovens, no que diz respeito aos aspectos da saúde mental, reflete a

necessidade de oferecer um atendimento institucional que responda às vulnerabilidades inerentes ao processo de institucionalização (Calcing & Benetti, 2014).

Para mais, depois do ocorrido, a participante demonstrou comportamentos de esquiva e isolamento dentro do abrigo. Afirmou que se escondia no telhado em dia de visita para não correr o risco de ser escolhida para adoção. Concomitantemente, Ana mostrou nutrir uma esperança de que um dia seus pais iam voltar para buscá-la, o que contribuiu para os esforços feitos por ela em não ser adotada.

Eu ainda tinha esperança dos meus pais chegarem pra me conhecer e então não queria ir pra ficar na casa de ninguém... o ódio (pelos pais) e a vontade (de conhecer) eram juntos.

Batista (2021) afirma que, dentre os fatores que contribuem para que o acolhido permaneça mais tempo na instituição, existe o fato da pessoa não ansiar um novo lar por alimentar a esperança de retorno à sua família biológica.

Ainda sobre esta fala, fica evidente o sentimento contrastante de Ana em relação aos pais. O fato dela não ter conhecido seus pais e não saber detalhes sobre sua origem criaram conflitos e questionamentos internos:

Eu penso: será que eles tão vivos? Será que eles passavam fome pra ter que chegar no ponto de abandonar o filho [...].

Eu tinha uma raiva misturada com ódio pelos meus pais. Eu só queria saber a verdade da minha vida. Eu vim de uns pais, e cadê eles? porque que nunca me procuraram?

A raiva e a dúvida contribuíram para que Ana começasse a beber, o que posteriormente, levou a um quadro de alcoolismo. *“Eu viciei em bebida, pra esquecer o que eu vivi, pra esquecer que eu não tenho família”*. Ademais, as consequências de ter crescido sem família deixaram marcas simbólicas até hoje na vida de Ana:

Não suporto nenhuma data... Natal, nenhuma “data de mãe”, porque? porque eles me tiraram isso.

Para além da parte do simbolismo de certas datas comemorativas e o sofrimento causado por isso, Oliveira (2017) expõem que crianças que sofreram privação materna podem apresentar dificuldades em estabelecer laços afetivos e uma maior propensão a desenvolver distúrbios psiquiátricos, tais como depressão. Ana apresentou sintomas depressivos, tanto no período em que esteve na Casa quanto depois de sair de lá. Entretanto, devido à falta de informação e interesse, nunca procurou investigar aprofundadamente essa questão.

No que diz respeito aos laços afetivos, após a saída do abrigo, Ana teve o privilégio de ser mãe, mas não foi capaz de estabelecer amizades e relacionamentos duradouros. A participante contou que nunca teve um relacionamento sério com o pai de sua filha, tendo engravidado por acidente. Além disso, teve alguns relacionamentos breves com outras pessoas, mas sempre demonstrou ter dificuldade de manter uma relação por longos períodos. Até porque, cabe ressaltar que em sua maioria eram relacionamentos com homens que apresentavam comportamentos violentos e agressivos.

Ao ser questionada sobre a maternidade, Ana relatou que, inicialmente, teve dificuldades de demonstrar afeto para sua filha, mas que atualmente a tem como melhor amiga. Ana deu o seu relato sobre o que é a maternidade para ela:

Ser mãe é amar o seu filho, ensinar a verdade e não passar a mão na cabeça, é corrigir, pra mim é uma honra ser mãe.

Tive dificuldade de dar carinho pra ela, até pouco tempo ela achava que eu não amava ela não

É possível observar que a visão da participante é reflexo da forma como foi criada dentro da instituição. Ao mesmo tempo que ela remonta certos padrões vivenciados dentro do abrigo, Ana, por outro lado, enfatiza a sinceridade como ponto crucial de uma maternidade bem sucedida, isso porque a falta da verdade apareceu como principal queixa de sua experiência dentro da Casa. Em sua infância, foi acostumada com a violência e ela compreende que se saiu bem, dessa forma, acredita que educar a filha da mesma maneira que foi ensinada será a forma mais eficaz para tal. Além disso, pela falta de contato físico e de um ambiente carinhoso em sua infância, a participante teve dificuldades em demonstrar afeto à sua filha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como ocorre o processo de desligamento de adolescentes acolhidos em razão da maioridade civil e como esse fator impacta na saúde mental dos jovens. Os adolescentes, muitas vezes, encontram-se despreparados e desamparados para lidar com os desafios da vida adulta, o que pode ser agravante para a construção de sua autonomia e independência e também para a construção saudável do psiquismo daquele indivíduo.

A trajetória das políticas de atendimento à infância e juventude no Brasil revela que o Estado não utiliza os recursos dispostos no ECA e no CRAS/CREA de forma a atender as demandas dos jovens. É fundamental que as políticas públicas voltadas para a proteção e o desenvolvimento dessas pessoas sejam efetivas, de forma a assegurar a não violação dos direitos básicos e garantir um desligamento humanizado da Instituição de acolhimento.

A falta de suporte às necessidades emocionais das crianças e adolescentes dentro do abrigo ficaram evidentes na fala da participante. As manifestações de sofrimento psíquico associadas às trajetórias de vida, aos abandonos e à carência afetiva dentro das instituições, demandam dos profissionais um atendimento altamente especializado, buscando compreender as necessidades individuais de cada criança, a fim de desenvolver uma intervenção psicossocial adequada.

É imperativo, portanto, que haja um investimento focado em programas de acolhimento de qualidade e em apoio psicológico para aqueles que enfrentam essa transição. Os resultados também lançam luz sobre a necessidade de uma maior atenção à integração social e ao fortalecimento das redes de assistência, a fim de assegurar que os jovens desacolhidos tenham oportunidades reais de prosperar.

Este estudo não é livre de limitações. Embora uma amostra selecionada para este estudo forneça insights valiosos, pode não abranger totalmente as diversidades vividas por cada indivíduo nesta situação. É fundamental reconhecer que a experiência de jovens que passam por acolhimento institucional pode variar significativamente de uma pessoa para outra.

Dito isso, para pesquisas futuras propõe-se aumentar o número amostral, a fim de investigar mais profundamente as possíveis particularidades das vivências individuais de cada um. Ademais, para aprimorar a compreensão do impacto do desacolhimento institucional

sugere-se um estudo longitudinal. Esta abordagem permitiria não apenas uma compreensão mais aprofundada das consequências diretas do desacolhimento, mas também uma formação das trajetórias de vida, dos desafios persistentes e das possíveis resiliências que emergem com o tempo.

Por fim, observa-se que a falta de acolhimento institucional prolongado pode repercutir na saúde mental e na autonomia dos jovens, ressaltando a ineficiência das políticas atuais públicas em promover uma transição suave e bem-sucedida para a vida adulta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, LFS et. al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, p. 53-61, 2013.
- ARNOLD, CP Adoção tardia: do estigma à solidariedade. **Revista Amicus Curiae**, v 5, p. 1-9, 2011.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). **Adoção: passo a passo**, 2007.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Edições 70**. Lisboa, 1977.
- BRASIL. Lei nº 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Casa Civil. **Diário Oficial da União**, 1993.
- BRASIL. Resolução nº 109 - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Censo do Sistema Único de Assistência Social – **Censo SUAS 2019**. Brasília, 2019.
- BRASIL. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Painel de acompanhamento - visão geral**, 2022.
- CALCING, Jordana; BENETTI, Silvia Pereira. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Psico**, v. 45, n. 4, pág. 559-567, 2014.
- CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 65-74, 2009.
- CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C.M.C.; PONTES, F. A. R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, 25, 20-34, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA) e CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2ª

- edição) Brasília, DF. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2009.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, 2005.
- COSTA, Marco Aurélio et al. Vulnerabilidade social no Brasil: Conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras, Texto para Discussão, nº 2364, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2018.
- DUARTE, EF; ANDRADE, TS Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos. In: *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, p. 577-601, 2015.
- FERREIRA, MC A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 26 n. especial, pp. 51-64, 2010.
- GIL, AC Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. **Editora** 34, 2003.
- FAZENDO HISTÓRIA, Instituto. Adolescentes em transição: o trabalho de preparação para a vida, fora das instituições de acolhimento. **Grupo Nós**, 2016.
- LACERDA, T.S.. **O acolhimento institucional de jovens e as representações sociais de abrigo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- LIMA, SR Intervenção psicossocial com grupos em situação de acolhimento institucional. **Fundação Antônio dos Santos Abranches**, 2009.
- MACEDO, BRDR **Adoção Tardia**. Dissertação (Monografia). s.l. 2019.
- MAIA, A.L. Gênero e violência em unidades de acolhimento. **Jornal Internacional de Políticas Públicas**, 2013.

- MENDES, A.R.L. **O acolhimento institucional prolongado e a integração dos adolescentes não adotados na sociedade**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2020.
- KUHNEN, M.; BOTEGA, G.P. **(Des)acolhimento Institucional: Estudo de Caso da Trajetória de uma Jovem Negra**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. **Vozes**, 2009.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. **Hucitec**, 407, 2014.
- MOURA, A.; LIMA, M. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**, v. 5, n. 15, pág. 24-35, 2014.
- MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. **Zahar**, Rio de Janeiro, 1978.
- NUNES, BNO; GOMINHO, LBF A burocracia e a demora nos processos de adoção no Brasil: uma abordagem à luz das regras do estatuto da criança e do adolescente (ECA). **Jusbrasil**, 2019.
- NOGUEIRA, PC **A criança em situação de abrigo: Reparação ou re-abandono**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.
- OLIVEIRA, F.L.A. **Acolhimento Institucional e Maioridade: Uma análise da saída do jovem do abrigo à teoria de reconhecimento de Axel Honneth**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Adventista de Ensino, São Paulo, 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Brasil). **Orientações técnicas para o serviço de acolhimento**. Brasília, DF, 2003.
- PARREIRA, SMCP; JUSTO, JS A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação. **Revista Psicologia e Estudo**, v. 10, p. 175-180, 2005.

- PIOVESAN, A.; TEMPORINI, ER Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.
- QUEIROZ, DT; VALL, J.; SOUZA, MA; VIEIRA, NFC Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Rev. enferm. UERJ**, pág. 276-283, 2007.
- RICHARDSON, RJ Pesquisa social: métodos e técnicas. **Atlas**. Rio de Janeiro, 1999.
- RONNBERG, A. **O livro dos símbolos**: reflexões sobre imagens arquetípicas. Taschen, China, 2012.
- SANTOS, BS A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. **Cortez**, 5. ed, 2005.
- SOUZA, SR de; MOREIRA, MIC Pensando sistemicamente sobre as redes de proteção social destinadas às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 4, 2009.
- TRIVINOS, ANS Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. **Atlas**, São Paulo, 1987.
- TURATO, ER Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n.3, p. 507-514, 2005.
- WINKELMANN, FM da S.; GUARESCHI, NM de F.; HADLER, OH Juventude e as práticas de patologização no acolhimento institucional. **Psicol. argumento**, pág. 542-565, 2021.
- ZAGO, MC Saúde Mental no Século XXI: indivíduo e coletivo pandêmico. **Editora Científica**. Guarujá- SP, 2021. See More
- ZAMBONI, C. Juventude: uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In: Veronese, MV; Guareschi, P. Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em Ação. **Vozes**, 2007.

7. ANEXOS

7.1. Anexo 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2066533.pdf	22/03/2023 10:28:18		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoBruna.pdf	22/03/2023 10:28:01	Bruna Neves Cavadas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoDetalhado.pdf	16/03/2023 18:01:17	Bruna Neves Cavadas	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PIC.docx	09/03/2023 10:07:00	Bruna Neves Cavadas	Aceito
Brochura Pesquisa	brochura_pesquisa_PIC.pdf	09/03/2023 10:01:30	Bruna Neves Cavadas	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 21 de Abril de 2023

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
 (Coordenador(a))

7.2 Anexo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Efeito da Falta de Acolhimento Institucional Prolongado na Saúde Mental de Jovens Brasileiros Maiores de 18 Anos que não Foram Adotados

Instituição dos pesquisadores: UniCeub
Pesquisador(a) responsável: Leonardo Cavalcante de Araujo Mello
Pesquisador(a) assistente [aluno(a) de graduação]: Bruna Neves Cavadas

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é compreender como a falta de acolhimento institucional prolongado afeta a saúde mental de jovens brasileiros não adotados.
- Você está sendo convidado a participar por conveniência e por participação voluntária, sendo você de qualquer sexo e qualquer idade. Para participar da pesquisa você tem que ter ficado em alguma instituição de acolhimento durante sua infância/adolescência e ter saído da casa de acolhimento ao atingir a maioridade civil.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em participar de entrevistas e encontros com os pesquisadores.
- Os procedimentos consistem em uma entrevista semiestruturada, observação participante e diário de campo.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um ambiente que for conveniente para o participante.

Riscos e benefícios

- A pesquisa apresenta baixo potencial de risco. Os riscos se referem ao fato de que o participante da pesquisa, ao entrar em contato com as memórias e situações vividas no passado, pode disparar certos afetos e emoções, que podem levar a expressão de emoções em forma de choro ou processos catárticos.
- Caso isso aconteça, a equipe de pesquisa conta como suporte ao participante o CENFOR, além de que o professor orientador é psicólogo e estará à disposição para o acolhimento do indivíduo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você oferecerá contribuições importantes para explicar os efeitos psíquicos vivenciados em casos de desacolhimento institucional. Além de dar voz e protagonismo para pessoas nessas situações que, muitas vezes ao longo da história, foram marginalizadas e ignoradas pela sociedade. Ademais, o contato com as memórias e experiências vividas no passado pode proporcionar, ao participante, novos sentidos e significações sobre os processos relatados.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores, desse modo, não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade de Bruna Neves Cavadas com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____
_____ após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, _____ de _____ de 2023.

Participante

Leonardo Cavalcante de Araujo Mello, celular (61) 982707822

Bruna Neves Cavadas, telefone/celular (61) 981646690

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: UniCeub

Endereço: SEPN 707/907

Bairro: /CEP/Cidade: Asa Norte, Brasília DF, 70790-075

Telefones p/contato: (61) 981646690, (61) 982707822

Endereço do(a) participante (a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência: